

Processo: 23118.002057/2009-78

Assunto: Projeto Político-Pedagógico para implantação Curso de Administração Pública, na modalidade à distância

Interessado: Núcleo de Ciências Sociais – Pedro Albino de Aguiar

Relator: Conselheiro Adilson Siqueira de Andrade – Por pedido de vistas

Parecer: 1043/CONSEA

Caracterização do Curso

O presente Processo trata do curso de Administração na modalidade a Distância com proposta de abrangência nos seguintes municípios: Porto Velho – 50 vagas; Ariquemes – 50; Buritis – 50; Chupinguaia – 50; Ji-Paraná – 50; Mova Mamoré – 50; Rolim de Moura – 50, totalizando 350 alunos; recebendo pareceres favoráveis no Departamento de Administração, no Núcleo de Ciências Sociais e na Câmara de Graduação. Corpo docente: um professor faleceu e vários professores encontram-se realizando doutoramento (cf.fl.98). O total do curso está orçado no valor de R\$ 498.228,20 com objetivo de custear diárias, passagens, material de consumo, combustível, bibliografia, material de expediente, reprografia, serviços de terceiros, aluguel de veículos, contratação de pessoal. O financiamento será através da CAPES e Universidade Aberto do Brasil – UAB.

Análise

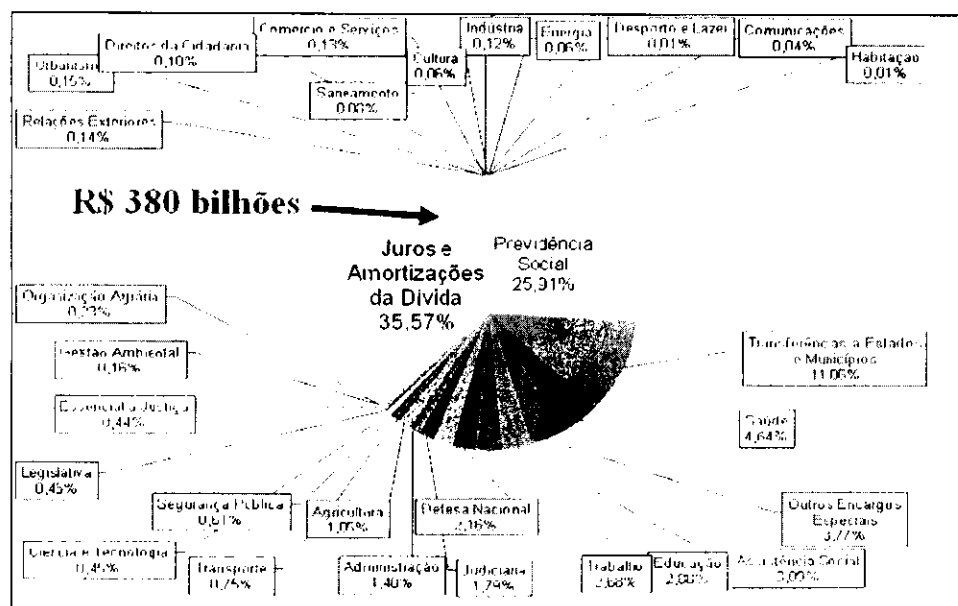
A educação deve ser entendida como um bem maior e não como mercadoria como vem sendo tratado pelos últimos governos brasileiros, seguindo a orientação do sistema neoliberal.

Para se ter uma avaliação maior, deve-se levar em consideração o orçamento da União de 2009. Nele pode-se observar o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública – interna e externa – tem afetado fortemente o orçamento público, tanto pelo lado da receita – exigindo o aumento da carga tributária - como pelo lado da despesa, suprimindo recursos que deveriam se destinar prioritariamente às diversas áreas sociais.

Nos últimos anos, a dívida tem sido o item mais relevante do Orçamento Geral da União, representando a principal fatia de recursos, bem superior às demais áreas sociais importantes conforme demonstra o gráfico a seguir. Esses dados não foram incluídos pelo Relator em seu Relatório Final.

Em 2009, os juros e amortizações da dívida pública consumiram 35,57% do orçamento federal (mesmo excluindo-se a "rolagem"), enquanto foram destinados menos de 3% para educação, menos de 5% para saúde, e percentuais mínimos para as demais áreas sociais fundamentais, conforme demonstração abaixo.

Orçamento Geral da União – 2009 – Por função – Total: R\$ 1,068 trilhão



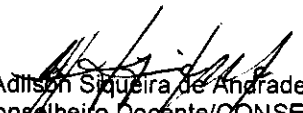
Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Não inclui o "refinanciamento"

Outro fator de análise está relacionado ao investimento do governo Lula para salvar as Instituições privadas através do PROUNI (bolsa para alunos em troca do perdão de impostos dessas instituições), deveria, portanto se tivesse responsabilidade social, investir nos serviços públicos e garantido a qualidade nos seus serviços. Nas Universidades Federais, o governo tem escamoteado através do REUNI, com a construção de infraestrutura e em sua maioria resume-se em obras inacabadas. A contratação de docentes sequer tem reposição as vagas decorrentes de aposentadorias, da mesma forma com o pessoal técnico administrativo. Outro fator fundamental refere-se à falta de um salário adequado a profissão de docente, visto que o próprio governo criou um ente chamado Proifes que conjuntamente com a CUT negociou e celebrou um acordo coletivo dos salários dos docentes, aumentado ainda mais o déficit salarial. Como se não bastasse, o mesmo governo propõe congelamento salarial aos servidores públicos através da O PLP 549/09, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), líder do governo no senado da república, em que se aprovado congela por dez anos o salário dos servidores públicos. Infelizmente, este é o quadro conjuntural da educação em nosso país, fatores que nos chama à luta, à união de esforços para garantir a qualidade do ensino público.

Parecer

Diante o exposto, somos de parecer favorável à aprovação do curso de Administração na modalidade à distância, contudo, que sejam garantidos os direitos aos futuros discente de uma educação pública de qualidade, sem prejuízo devido à modalidade, ao tempo também em que recomendo que a UNIR realize uma avaliação pedagógica sobre os cursos já autorizados, e cada vez mais, volte-se ao seu compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo, para todos os cursos que disponibiliza a sociedade, a qualidade socialmente referenciada em sua história.

Porto Velho, 17 de junho de 2010


Adilson Siqueira de Andrade
Conselheiro Docente/CONSEA
Vistas